

## Os observatórios sociais nos processos de redução dos riscos, desastres e catástrofes\*

**Antenora Maria da Mata Siqueira**

Universidade Federal Fluminense

Programa de Pós-Graduação em: Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas

Programa de Pós-Graduação em: Segurança e Defesa Civil (Brasil)

ORCID: 0000-0002-9844-3701 antenoras@id.uff.br

**Luana Fernandes dos Santos Azeredo**

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (Brasil)

ORCID: 0000-0002-1034-3563 luana.fernandes.rr@gmail.com

### Resumo

Analisa-se neste texto o papel dos observatórios sociais na democratização de conhecimentos e saberes sobre desastres e catástrofes, e a influência desse aporte nos processos de mobilização dos habitantes e na gestão da RRD. Aponta-se que um dos principais elementos fomentadores das práticas sociais em tais contextos se refere ao acesso à informação qualificada e acessível. Ao se considerar as lacunas existentes nesse campo, identifica-se a atuação a partir de observatórios sociais como forte estratégia de enfrentamento à ausência ou insuficiência de informações.

**Palavras-chave:** Democracia, informação, catástrofes.

### Abstract

*Social observatories in the process of reducing risks, disasters and catastrophes.* This text analyzes the role of social observatories in the democratization of knowledge about disasters and catastrophes, and the influence of this contribution in the processes of mobilization of the inhabitants and in the management of DRR. The note that one of the main elements that foster social practices in such contexts refers to access to qualified and accessible information. When considering the existing gaps in this field, the performance from social observatories is identified as a strong strategy for coping with the absence or insufficiency of information.

**Keywords:** Democracy, information, catastrophes.

\* Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Processo 435245/2018-0), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil CAPES (Código de Financiamento 001).

## Introdução

A realidade da recorrência dos desastres e catástrofes, tanto em relação aos locais onde ocorrem, quanto ao impacto que os caracteriza (inundações, terremotos, incêndios...), não é novidade para os atingidos, para os pesquisadores, tão pouco para os gestores públicos, apesar de muitos ainda persistirem no discurso de que são eventos naturais imprevisíveis.

As perdas nas suas mais variadas nuances continuam ditando a história de muitas famílias, situação esta que lastimavelmente possui indicativos de ser cada vez mais frequente e extrema, conforme aponta o IPCC (2013).

Na busca de uma possível transformação dessa realidade, eclodem mobilizações populares, seja pelo direito à moradia segura, pelo reparo das perdas, ou mesmo por justiça. Um dos elementos que possibilita esse processo de mobilização social e pressão em busca da concretização das ações necessárias nesses contextos, diz respeito ao acesso a dados e informações qualificados.

Além disso, para o planejamento e gestão em desastres e catástrofes, a produção e socialização de conhecimentos e saberes é fundamental. O próprio documento do Marco de Sendai aponta a todo momento para a importância do compartilhamento de informações qualificadas como meio para a efetiva redução dos riscos e desastres (RRD) – informações estas detalhadas, “[...] *de fácil acesso, atualizadas, de fácil compreensão, com base científica e não confidenciais, complementadas por conhecimentos tradicionais*” (UNISDR, 2015).

Nosso objetivo neste texto é trazer reflexões sobre o papel dos observatórios sociais na democratização da informação sobre desastres e catástrofes, e como isso influencia nos processos mobilizatórios populares e na gestão da RRD. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, especialmente a partir dos diários de pesquisa. Identificamos que os processos mobilizatórios populares, assim como a atuação profissional em contextos de desastres, encontram-se estreitamente vinculados à necessidade de acesso à informação qualificada, sendo os observatórios sociais um meio estratégico para esse fim.

## Os observatórios como meios de democratização do acesso a conteúdos.

A luta pela democratização dos espaços e ações governamentais ocupa um dos principais espaços da arena política, passando por altos e baixos ao longo da história. Entendida enquanto um regime político no qual o poder deve ser distribuído equitativamente entre o povo, a democracia expressa uma relação distinta entre os que governam e os que são governados.

Efetivamente, a democracia se materializa a partir da presença “[...] *das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social*” (Coutinho, 2005). Em outras palavras, para que a democracia seja efetiva é preciso que haja condições para seu exercício, como a democratização de fontes de informações relacionadas aos processos de tomada de decisão.

O acesso à informação, portanto, é um meio fundamental para o exercício da participação popular, o que consequentemente fomenta o controle social, posto que “[...] *a efetivação da democracia envolve a capacitação do povo para o exercício do poder que lhes pertence, o que desde logo supõe o contato com as mais diversificadas informações por meio do pluralismo informativo*” (Stroppa, 2010, p. 134). Nesse sentido, o real acesso à informação está diretamente vinculado a um estado mais democrático.

*“[...]o direito à informação constitui um indicador significativo dos avanços em direção a uma democracia participativa: oponível ao Estado, comprova a adoção do princípio da publicidade dos atos administrativos; sob o ponto de vista do cidadão, é instrumento de controle social do poder e pressuposto da participação popular, na medida em que o habilita para interferir efetivamente nas decisões governamentais e, se analisado em conjunto com a liberdade de imprensa e banimento da censura, também funciona como instrumento de controle social do poder” (Graf, 2002).*

Um dos elementos que têm contribuído para essa ampliação do espaço de acesso às informações, e participação social, são as novas mídias digitais. Representadas por fóruns, redes sociais, blogs, dentre outros, as mídias digitais vêm contribuindo para o rompimento com o monopólio da comunicação, permitindo novos arranjos de produção e difusão do saber, além da transposição de barreiras mediante o avanço tecnológico (Piana, 2007), a exemplo das tecnologias voltadas à acessibilidade.

Aqui trataremos especificamente de um tipo de mídia digital, a saber, os observatórios sociais. Ao falarmos em “observatório” a imagem mais comum que pode vir à mente é a de um local físico, com formato bastante característico e de onde podemos observar eventos terrestres e espaciais.

Todavia, o modelo a que nos referimos é o de observatórios sociais, os quais normalmente possuem uma interface digital com seus pesquisadores e usuários, não estando limitados a um local físico, mas com possibilidade de serem acessados de qualquer

parte do mundo via internet. Além disso, esses observatórios não estão associados aos estudos espaciais, mas contemplam outras diferentes frentes de pesquisa como o urbano, a saúde e até o meio ambiente. A criação de observatórios está ligada à

*“[...] creciente toma de conciencia de la necesidad de realizar de una manera permanente y sistemática la evaluación de una situación o de un fenómeno dado. Son organismos auxiliares, colegiados y de integración plural que deben facilitar una mejor información a la opinión pública y propiciar la toma de acciones concretas por parte de las autoridades responsables. En este sentido, se constituyen en instituciones que refuerzan la democracia y la práctica de los derechos y las libertades, promoviendo de este modo el acercamiento de los ciudadanos a los que ostentan legítima y legamente el poder”* (Maiorano, 2003).

Os observatórios sociais são considerados espaços de ciência (Colombo Junior, Aroca, Silva, 2016), que combinam múltiplas estratégias de produção e divulgação permanente de informações sobre análise, acompanhamento e avaliação de diferentes questões no âmbito social, económico, ambiental, político e cultural, seja de uma cidade, região, país ou conjunto de países.

Concordamos com García, Ocampo e Saldarriaga (2018) ao afirmarem que os observatórios são “[...] *espacios de interacción del conocimiento científico y académico con el conocimiento común o empírico de los habitantes*”, além de fomentarem o desenvolvimento de instrumentos de gestão pública.

Ao analisarem 77 observatórios de mídia de 23 países, Rebouças e Cunha (2010) criaram uma classificação a partir das ações e características dos observatórios que podem figurar de modo específico ou associados. Em síntese, os autores classificaram os observatórios da seguinte forma: de observação; de fiscalização; de reflexão; de informação; e de intervenção. Os autores destacaram também elementos característicos do trabalho com observatórios que se relacionam à democracia. São eles as liberdades de pensamento, de associação, de expressão e de informação, bem como a divulgação e a reflexão acerca da preponderância da comunicação na esfera pública, características dos observatórios que somente são possíveis em regimes democráticos.

Em consonância, acrescentamos que tal contexto possui uma via de mão dupla, posto que os regimes democráticos apresentam melhores condições de se trabalhar com esse modelo de produção e compartilhamento de conteúdo, ao mesmo tempo em que esse tipo de trabalho fomenta o direcionamento governamental para uma perspectiva mais democrática, já que, como vimos, o acesso a determinados conteúdos é determinante para

a formação política da sociedade e sua intervenção na vida pública.

Os observatórios sociais vêm ganhando espaço no Brasil, principalmente considerando as insatisfações populares com os diversos casos de corrupção na política. Foram criados, por exemplo, observatórios das contas públicas, já tendo ocorrido em 2018 o “I Encontro Internacional de Observatórios: Cidades, Governança, Controle Social e Gestão Pública”. Outro modelo que vem ganhando espaço são os dos observatórios voltados a estudos ligados às expressões da questão social, como o caso do “Observatório das Metrôpoles”, “Observatório de Favelas”, “Observatório do Conhecimento”, “Observatório Interinstitucional Mariana – Rio Doce” e “Observatório COVID-19”.

Ao deslocarmos nossa análise para os observatórios do campo acadêmico no Brasil, identificamos que atuam principalmente: em projetos de pesquisa/extensão; na articulação de diferentes grupos de pesquisa em uma mesma universidade ou em várias universidades e institutos; na construção de plataformas de trabalho, em geral materializadas em um site; e na formação de jovens pesquisadores e grupos sociais.

De modo geral, cada um possui seu objetivo e forma de atuação, elementos que determinarão o potencial que possuem no estímulo ao acesso a conteúdos diversos, além da capacidade de fomentar a cooperação social. Quando voltados aos reais interesses sociais, portanto, o ciberespaço representa a superação das mídias tradicionais e restritas, antes tomadas como espaços consagrados de produção e divulgação de dados e informações.

### **Os desafios e as possibilidades para o campo acadêmico**

Considerando a oportunidade de atuação no campo virtual, chamamos a atenção para a importância de as Universidades articularem seus trabalhos de pesquisa e extensão, com observatórios sociais. Articulação essa defendida por nós a partir de um direcionamento político claro, voltado para a contribuição ao real enfrentamento das expressões da questão social a partir de uma perspectiva crítica. Tal relação mostra-se ainda mais relevante na atualidade, considerando o movimento negacionista em ascensão, o qual transfere para terceiros a posição do desinformado, do alienado e do acomodado.

Danowski (2012) explica que há vários tipos de negacionismos e negacionistas. São distintas, por exemplo, as suas raízes, os modos de se apresentarem em sociedade e seus condicionantes. Assim, são identificados como casos isolados, individuais, ou mesmo grupos estrategicamente organizados – ligados principalmente às empresas e grupos políticos –, com forte influência midiática e fácil espraiamento sobre as camadas sociais.

Tal movimento apesar dos seus efeitos negativos, tem despertado o campo da ciência para a necessidade de criar canais eficazes de comunicação com a sociedade em geral. Ao longo do período da pandemia da Covid-19, por exemplo, inúmeras foram, e ainda estão sendo as iniciativas de pesquisadores e profissionais técnicos no sentido de comunicar a ciência de modo diferenciado, em uma verdadeira guerra contra o discurso de minimização dos danos provenientes da doença, contra as falsas informações e a naturalização desse contexto – tanto sobre suas causas, quanto sobre as ações necessárias ao seu enfrentamento por parte das autoridades responsáveis.

Considerando isso, destacamos que o trabalho a partir de observatórios sociais tem contribuído para o enfrentamento desses desafios postos à ciência. Primeiramente, como já mencionado, a busca por novas formas de comunicação com a sociedade tem sido primordial, tanto em relação à diversidade dos meios de comunicação, como na construção de uma outra linguagem.

Alguns observatórios funcionam, inclusive, como plataformas colaborativas onde a produção do conteúdo ocorre mediante dados e informações enviados, por exemplo, pela própria população. Essa experiência ao aproximar a academia e o saber popular acaba contribuindo para a criação de uma consciência social acerca dos reais problemas enfrentados, fragilizando, assim, a influência negacionista.

Os observatórios também apresentam a possibilidade de autonomia e capilaridade, favorecendo um maior entrosamento com as comunidades, o direcionamento a novos objetos de pesquisa, além da qualificação do olhar do pesquisador para questões antes negligenciadas, ou indevidamente minimizadas por outros. Se considerarmos os trabalhos dos grandes grupos de pesquisa, por exemplo, identificamos pouca ênfase na produção de conhecimento sobre pequenos e médios municípios, situação essa que contribui para a manutenção do que podemos chamar de “zonas frias” do conhecimento, fomentando a cultura do não acesso à informação qualificada, da não participação popular e do não controle social.

É importante lembrar que as transformações capitalistas ocorridas no Brasil não se deram a partir de revoluções, tão pouco de movimentos de baixo para cima, ligadas aos reais interesses da população, mas ao contrário (Coutinho, 1980). Isso contribuiu para que grande parte da população permanecesse à parte dos espaços decisórios e, conseqüentemente, apartadas das mais importantes decisões políticas. Logo, cabe à academia se questionar em que medida o modo como se vem fazendo ciência também não está favorecendo a manutenção e até aprofundamento desse contexto.

## **A produção do saber sobre desastres e catástrofes: uma análise sobre o Brasil e o ODAm.**

Por mais que a transparência dos dados de interesse da população em geral seja uma obviedade nos regimes democráticos, a produção de conhecimento e dados sobre muitos temas e áreas no Brasil eram considerados estratégia de segurança nacional e, por isso, só permitido aos setores militares. Após mobilizações e lutas de diversos setores da sociedade junto ao Congresso Nacional, a Constituição Brasileira de 1988 incorporou diretrizes que possibilitaram à ciência em geral produzir nesses campos – um exemplo é a área de segurança e defesa civil (que passou a proteção e defesa civil em 2012).

Assim, a organização, sistematização e o acesso público a bases de dados sobre desastres em âmbito nacional no Brasil é relativamente recente. Os documentos até então criados são de acesso público e apresentam informações relevantes para um diagnóstico nacional sobre a situação dos desastres. Até o ano de 2018, no banco de dados S2ID<sup>1</sup> encontravam-se organizados mais de 50.000 documentos sobre ocorrências de desastres no Brasil, referentes ao período de 1970 a 2017 (Muñoz *et al.*, 2017).

Além do S2ID, há outras iniciativas de bancos de dados de desastres, como, por exemplo, o Observatório dos Desastres Naturais, organizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM); o banco de dados de desastres do Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet), da Universidade Estadual Paulista (UNESP); o Instituto Geológico, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o Serviço Geológico do Brasil, dentre outros.

Em todos os casos, os bancos de dados são compostos segundo critérios particulares às instituições de origem, em termos de escala espacial, base conceitual, metodologia, plataforma operacional e período de registro. Isto ocorre porque o levantamento de dados para auxílio de pesquisas particulares costuma responder a demandas específicas, pautadas muitas vezes pela duração do financiamento associado a um projeto. Assim, os bancos de dados, quando disponíveis, são heterogêneos, o que significa que, para desenvolver pesquisas, será indispensável um trabalho adicional de compatibilização (Muñoz *et al.*, 2017).

É clara a relevância de todas essas iniciativas de organização das ocorrências de desastres, mas também há necessidade de padronizar os critérios de composição e o arcabouço conceitual, de forma a facilitar a compatibilização entre as fontes existentes e as que ainda irão surgir nos próximos anos no Brasil.

Contribuindo para esse campo brasileiro de produção crítica de conteúdos sobre desastres e catástrofes, apresentamos neste trabalho o Observatório de Desastres Ambientais (ODAm), o qual consiste em uma plataforma virtual e física. O ODAm está

---

<sup>1</sup> Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

vinculado ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes/RJ/BR. Ele segue a mesma linha de vários observatórios criados no âmbito de projetos de pesquisas acadêmicas, como o Observatório de Riscos de Desastres – OSIRIS/Universidade de Coimbra, o Observatório Cidadão de Enchentes/USP de São Carlos, dentre outros.

A história do ODAm começa em 2013 quando a equipe do NESA iniciou uma pesquisa sobre inundações no Norte Fluminense e na Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul (Rio de Janeiro), totalizando uma área com nove municípios.

Durante a pesquisa constatou-se a insuficiência e inexistência de registros oficiais sobre desastres ocorridos nos municípios da área de estudo, impossibilitando a reconstrução de uma memória e construção de uma série histórica. Esse contexto dificultava o trabalho dos técnicos e gestores em determinadas situações, bem como contribuía para que a população atingida dificilmente construísse seus argumentos no processo de mobilização perante as autoridades públicas e privadas. A estratégia adotada para superar esse desafio foi a pesquisa em jornais, bem como o georreferenciamento dos pontos recorrentes de inundação a partir de trabalho de campo da equipe do projeto, o qual contou com a participação dos profissionais das equipes de Defesa Civil.

Além disso, realizou-se um estudo de caso, onde a participação dos moradores atingidos foi fundamental. No decorrer desse estudo foi constatado, inclusive, que já havia uma demanda antiga por parte dos moradores, em relação à produção de informações sobre inundações que os ajudassem no diálogo com o poder público.

Assim, tendo em conta a necessidade de atender às demandas por produção desse tipo de conteúdo em municípios de pequeno e médio porte, o ODAm nasce no campo acadêmico com a missão de produzir e sistematizar dados e informações provenientes de fontes governamentais, acadêmicas e populares, voltados aos desastres relacionados às águas na área do Norte do Estado do Rio de Janeiro, considerando as suas dimensões geobiofísicas, sociais, históricas e políticas, contribuindo com a população e profissionais das mais variadas inserções institucionais em suas tomadas de decisões.

Atualmente o ODAm possui uma interface digital<sup>2</sup>, porém ainda mantém seu trabalho por outras vias (como materiais impressos) objetivando o alcance dos diversos perfis de público. Dentre as ações que desenvolve destacamos duas frentes para demonstrar a possibilidade que esse tipo de trabalho tem de contribuir com o campo científico, bem como com os atingidos ou os que atuam em contextos de desastres:

---

<sup>2</sup> Link do site do ODAm: <http://observatoriodosdesastres.sites.uff.br/>

1. *Produção bibliográfica*: em seu meio digital o visitante consegue acessar publicações como artigos, capítulo de livros e livros, assim como produções de tipo monografia, dissertação e tese – todos desenvolvidos a partir da temática tratada no observatório. Dentre os trabalhos mais recentes constam reflexões ligadas a: intervenção no espaço urbano, relação do desenvolvimento capitalista com a produção de desastres, avaliação de programas habitacionais, contribuição do pensamento decolonial, mobilização e conflitos, e atuação de assistentes sociais em desastres. O diferencial do ODA<sub>m</sub> está em produzir ou sistematizar saberes antes inexistentes, acerca dos desastres na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro;
2. *Produção de dados*, informações e materiais para técnicos, gestores e população: O ODA<sub>m</sub> nasce a partir da experiência com a pesquisa intitulada “Cartografia socioambiental e mapeamento das áreas inundáveis no Norte Fluminense: subsídios para a implementação de sistemas de alerta”. Por meio de um estudo de caso realizado nessa pesquisa, foi possível contribuir tanto com a população atingida por inundações, quanto com os trabalhadores da Defesa Civil do município. Uma das principais lacunas identificadas naquele momento era a falta de dados sistematizados acerca das inundações na região. Por meio de pesquisa participativa, produziu-se de modo coletivo um amplo mapa de todo o bairro (antes inexistente), com o devido georeferenciamento de elementos como os equipamentos urbanos, organizações, instituições de apoio e locais de abrigo. Também produziu-se mapas com a localização das áreas recorrentemente inundáveis, além de um documento com a história e perfil do bairro. Esse documento também não existia até então, pois se trabalhava apenas com os parâmetros de Setores Censitários (metodologia adotada pelo IBGE, responsável pela realização do Censo demográfico). Todo esse material foi organizado em um kit e distribuído para as escolas do bairro, para a equipe da Defesa Civil e para os moradores em reunião de devolutiva da pesquisa. Tão logo foi possível identificar o uso desse conteúdo pelos moradores em: reuniões da Associação de Moradores do Bairro; em audiência com a empresa responsável pelo abastecimento de água na localidade; e em reunião promovida pela prefeitura para a construção Plano Pluri Anual. Neste momento, o ODA<sub>m</sub> está focado na pesquisa intitulada “Mobilização e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ”. Por essa via, um importante trabalho que vem sendo realizado é o de levantamento de dados no S2ID. Tal sistema situa-se na esfera governamental e possui registro de desastres de todo o território brasileiro. Com esse levantamento objetiva-se analisar qual o perfil dos desastres na região sudeste do Brasil, identificando pontos importantes como recorrência, localidade, tipo de evento, população atingida e processos mobilizatórios.

## **Conclusão**

Vimos que um sistema político para designar-se como democrático necessita assumir como sua base de sustentação a democratização dos espaços e meios de tomada de decisão. A participação e controle social, portanto, expressam a tônica que deve estar permanentemente associada às instâncias deliberativas. Entretanto, esse movimento não é simples, mas permeado por conflitos diversos, sendo um deles o impedimento dos cidadãos ao acesso a conteúdos relevantes para sua formação política e participação nos processos decisórios.

No campo dos desastres e catástrofes, por exemplo, identifica-se no Brasil sérias deficiências nos registros desses fenômenos, principalmente nos municípios de pequeno e médio porte. Essa realidade dificulta o trabalho dos profissionais, contribuindo para a manutenção da cultura do trabalho emergencial e não preventivo. Além disso, a mobilização popular acaba enfrentando grande dificuldade para sua organização, posto que além de muitas vezes não conhecerem os caminhos para a efetiva intervenção na agenda pública, também se encontram limitados ao acesso a conteúdos insuficientes, desatualizados, ilegalmente restritos ou mesmo inúteis para suas demandas.

Nesse sentido, compreendemos que o trabalho a partir de observatórios sociais tem se mostrado como importante estratégia de intervenção nessa questão, podendo atuar enquanto um agente sistematizador e disseminador de conteúdos; produtor de materiais voltados ao conhecimento local de modo a contribuir efetivamente para o planejamento e gestão em desastres; e fomentador do controle social a partir, principalmente, do estímulo à participação popular e aproximação entre os saberes acadêmicos e populares.

## **Agradecimentos**

A temática deste trabalho se relaciona à busca por estratégias que auxiliem no desenvolvimento das ações de prevenção e enfrentamento dos RRD. Nesse mesmo sentido, somos contemplados pelas obras do Professor Doutor Luciano Lourenço, a quem agradecemos pelos fundamentais contributos, cuja primazia esteve na democratização do conhecimento acadêmico, colaborando com os profissionais e população envolvida nos contextos de desastres e catástrofes. Agradecemos também à Comissão Organizadora pela iniciativa do trabalho e convite para contribuição no mesmo.

## Bibliografia

- Colombo Junior, P. D., Aroca, S. C. & Silva, C. C. (2016). Educação em centros de ciências: visitas escolares ao observatório astronômico do CDCC/USP. *Investigações em Ensino de Ciências*, 14 ( 1), 25–36.
- Coutinho, C. N. (1980). *A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- Coutinho, C. N. (2005). Notas sobre cidadania e modernidade. *Revista Ágora*, ano 2 (3).
- Danowski, D. (2012) O hiperrealismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. *SOPRO*, 70.
- García, G. A., Ocampo, L. M. E. & Saldarriaga, C. A. M. (2018). Exploración de metodologías para la valoración del paisaje. *Bitacora*, 28 (1), 45 – 60.
- Graf, A. C. B. (2002). O direito à informação ambiental. *In: Freitas, V. P. de (org.). (2002). Direito ambiental em evolução*. (2nd ed.). Curitiba: Juruá.
- IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. (2013). *Cambio Climático 2013: Bases físicas. Contribución del Grupo de trabajo I al Quinto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático*. Cambridge, Reino Unido y Nueva York, NY, Estados Unidos de América: Cambridge University Press.
- Maiorano, J. L. (2003). Los Observatorios de Derechos Humanos como instrumentos de fortalecimiento de la sociedad civil. *Revista Probidad*. 24.
- Muñoz, V. A. *et al.* (2017). DesInventar: plataforma conceitual e plataforma computacional para sistematização de dados e suporte à pesquisa de risco e desastre. *In: Marchezini, V. et al. Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action*. São Paulo: Rima Editora.
- Piana, R. S. (2007). *Gobierno electrónico: gobierno, tecnologías y reformas*. La Plata: Univ. Nacional de La Plata.
- Rebouças, E. & Cunha, P. (2010). Observatórios de mídia como instrumentos para (da) a democracia. *RECIIS – Revista Eletrônica de Com. Inf. Inov. Saúde*. 4 (4) 85-93.
- Stroppa, T. (2010) *As dimensões constitucionais do direito de informação e o exercício da liberdade de informação jornalística*. Belo Horizonte: Fórum.
- UNISDR. (2015). *International Strategy for Disaster Reduction. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 – 2030*. Geneva: UNISDR.